

Referências bibliográficas

- DAHL, Robert. (1998). *On democracy*. New Have: Yale.
- FINLEY, Moses. (1998). *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- PATEMAN, Carole. (2002). Self-ownership and property in the person: democratization and a tale of two concepts”. *The Journal of Political Philosophy*, v. 10, nº. 1, p. 20-53.

■ Gabriel Eduardo Vitullo - Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea

Porto Alegre: Sulina, 2007.

Assis Brandão

Gabriel Eduardo Vitullo é um politicólogo argentino que ensina Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Ciência Política e Direito pela Universidade de Buenos Aires (UBA), realizou Mestrado e Doutorado no Brasil, ambos em Ciência Política, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea* é a sua tese de doutorado em forma de livro.

Na obra, o autor realiza dois objetivos fundamentais: 1. empreende acerba crítica às teorias hegemônicas de explicação da passagem do autoritarismo para a democracia na América Latina nas últimas décadas; e 2. analisa o extremo vazio das instituições constituintes das democracias “realmente existentes” na América Latina, mas fundamentalmente aquelas da democracia Argentina. Suas duas hipóteses principais são: 1. que os estudos clássicos de transição e consolidação democrática na América Latina, por estarem pautados pela concepção elitista da democracia, são incapazes de interpretar as

crises sociopolíticas que afetaram vários dos países desse subcontinente após a (re) democratização; e 2. que as críticas esgrimidas por amplos setores da população à democracia “realmente existente” não significam o abandono da utopia democrática, mas a manifestação de luta desses setores pela construção de uma democracia em novos moldes, que tenha por eixo a ampla participação da cidadania, isto é, a democracia participativa.

Na primeira parte da obra, relativa à discussão teórica, Gabriel Vitullo, além de expor os traços fundamentais das teorias da transição e consolidação democráticas, sujeitando-as a uma dura crítica, tece considerações sobre o conceito hegemônico de democracia, a que as referidas teorias estariam vinculadas, e propõe uma forma alternativa de pensar não apenas a democracia, mas também o modo de abordagem das democracias “realmente existentes” na América Latina.

Desde 1974, com a derrocada do salazarismo, em Portugal, marco inicial do que Huntington denomina “terceira onda” de democratização, e desde 1979, com o deslocamento dessa onda para a América Latina, com a redemocratização do Equador, a transitologia procurou sistematizar em termos teóricos os seus estudos sobre as transições do autoritarismo para a democracia.

As características mais destacadas dessa transitologia, expostas e criticadas pelo politicólogo argentino, são as seguintes:

1. Os transitólogos tenderiam a trabalhar em dimensão comparativa, cotejando países em situações absolutamente díspares, como aquelas vividas pelos Estados do sul da Europa, da América Latina e do Leste europeu. Essas comparações terminariam por perder de vista o que há de singular em cada país, omitindo as suas particularidades e aproximando-os apenas pela dimensão da política, acolhida de maneira sobremodo reducionista. Ou seja, a preocupação comparativista, ao focar tão-somente a superfície política das nações comparadas, perderia sua capacidade explicativa, posto que seria impossível a apreensão mais aguçada dessa própria política quando ela não é concebida de forma ampla e relacionada às circunstâncias da sociedade global.

2. A transitologia hegemônica abraçaria uma concepção minimalista de democracia, tributária das idéias de Weber e Schumpeter. “Autores como Huntington, Di Palma, Morlino, Flifish ou Valenzuela”, diz Vitullo, “limitam-se a definir a consolidação democrática como o estabelecimento de regras

e procedimentos que garantam a alternância rotineira do poder entre rivais eleitorais” (VITULLO, 2007, p. 29). Eles isolariam a política de outras dimensões sociais, algo que seria de difícil aceitação, máxime em países como os da América Latina, onde as condicionantes sócio-econômicas da política são por demais evidentes.

3. Do ponto de vista metodológico, a transitologia dominante exibiria uma perspectiva de não embuçado teor elitista. Essa opção far-lhe-ia levar em consideração fundamentalmente as ações das elites políticas em detrimento de outros atores sociais, especialmente aqueles vinculados aos setores populares. Destacar-se-iam, aqui, os partidos políticos e as suas lideranças de maior prestígio, deixando-se à margem toda a estrutura organizativa da sociedade civil. Para além disso, o foco elitista seria incorporado à *rational choice*, de maneira que todo o processo de democratização terminaria por ser explicado a partir das ações estratégicas das elites. Nesse registro, o pêndulo da metáfora metodológica de Jeffrey Alexander estaria inclinado para a dimensão micro, em prejuízo das preocupações macro, que foram e são primordiais para a explicação dos fenômenos políticos e sociais. Confrontando o viés elitista da transitologia, Vitullo questiona: “Não seria oportuno examinar a democracia também segundo a ótica das grandes massas, relativizando o tipo de análise que coloca o foco principal nos profissionais da alta política?”

4. Alguns transitólogos elitistas, antes estruturalistas, que transpuseram os umbrais da *rational choice*, tenderiam a justificar essa mudança através do recurso à idéia de um “excepcionalismo metodológico”. Em períodos sociais normais, as explicações macro seriam adequadas, mas, em períodos críticos, como as transições democráticas, a racionalidade das ações humanas, máxime as das grandes lideranças, se imporiam como foco de análise primordial. Vitullo discorda dessa idéia, argumentando que em qualquer momento histórico, mesmo naqueles de crise, as explicações macro seriam mais adequadas. Entretanto, a meu ver, ele mais faz perguntas sobre o porquê da não permanência das explicações macro, mesmo em períodos de transições, do que fornece sólidas respostas para a inadequação do referido “excepcionalismo metodológico”. Acho que, neste tópico, o autor poderia ter sido mais argumentativo e particularizante em sua rejeição.

5. Haveria, entre os transitólogos, uma marcada preocupação com os caminhos trilhados pela sociedade no processo de transição e com a idéia de que determinadas opções iniciais conduziriam a definidos resultados. Isso,

no fundamental, diz respeito ao que ficou conhecido como “transitologia da *path dependence*”. É verdade que essa preocupação com os caminhos, ao fim e ao cabo, está presente na maior parte dos trabalhos transitológicos. Não haveria maiores problemas quanto a tal preocupação, não fora a predominante opção dos transitólogos pela transição pactuada, pautada por acordos entre as elites no poder e os líderes oposicionistas, com manifesta exclusão das grandes massas. Sobre isso, Vitullo, nas pegadas de Barbara Geddes, ventila o fato de que a maioria das democracias “têm-se constituído a despeito de que não hajam mediado acordos ou pactos políticos entre grupos dirigentes do regime autoritário e as elites que posteriormente passaram a deter o controle do aparelho governamental” (Id., p. 34). Há uma clara opção do autor pela transição não pactuada, com ampla participação popular.

6. Entre os transitólogos, salvo algumas poucas exceções, não seria atribuída a relevância necessária aos fatores externos. Eles se inclinariam a debruçarem-se sobre as questões internas, voltando-se principalmente para as lideranças nacionais, suas ações etc., deixando de lado qualquer enfoque que atente para fora da Nação. Vitullo critica essa forma de abordar as transições, detectando nela certa miopia, pois, segundo ele, “é absolutamente necessário incluir na análise a influência externa, já que esta pode ser decisiva na hora de avaliar as possibilidades concretas da transição de um regime autoritário para um regime democrático” (Id., p. 36).

7. Os transitólogos seriam teoricamente débeis, pouco criativos e relativamente incapazes, não conseguindo “atingir uma adequada síntese teórica nem formular conceitos verdadeiramente valiosos” (Id., p. 36). Suas “argumentações (...) costumam ser insatisfatórias, muitas delas inconsistentes” (Id., p. 37). Indo mais diretamente ao ponto, Vitullo questiona, por exemplo, a apropriabilidade da idéia da divisão interna do regime autoritário, tão ao gosto dos transitólogos, como elemento fundamental para a explicação das transições democráticas. Em seu entender, o recurso a tal idéia traria em si uma forte carga elitista e não daria conta da maior parte dos processos transicionais empíricos. Outra noção do instrumental analítico transitológico de pouco ou nenhum valor seria a de “consolidação democrática”. A expressão teria sofrido uma grande inflação semântica, de maneira que passou a ser utilizada de forma distinta por cada um dos autores que a ela recorrem, fazendo-lhe perder qualquer valor heurístico. Por essa razão, o professor da UFRN faz uma proposta bastante polêmica, que soaria para alguns até

como algo bombástico: abandonar a noção de “consolidação”. Como alternativa, ele propõe que se tente “enriquecer o debate teórico e multiplicar as possibilidades de análises empíricas, recorrendo a outros conceitos menos vagos e mais específicos; conceitos que permitam entender melhor os tipos de democracia que estão sendo construídos nos últimos lustros nos países latino-americanos” (Id., p. 40).

8. Outra característica a ser destacada na transitologia é que ela abraçaria uma visão “etapista” da democratização, de forma que primeiro deveria vir a democratização política para depois vir a democratização social. A democratização política, isso é, a liberalização, viria pelo alto, sem a participação das massas, que, excluídas de participação além da eleitoral, terminariam por ser mantidas na apatia. Sem a força das massas, que ficariam de fora da primeira etapa do processo, também não haveria o segundo momento, de democratização social. E assim a democracia institucionalizada seria uma democracia sem o povo, elitista, sem o colchão de políticas sociais necessárias para dar maior textura à sua existência. Interessante é observar que nesse esquema etapista dos transitólogos, segundo Vitullo, são construídos “modelos paradigmáticos”, em que, por exemplo, é atribuída uma valoração positiva à transição espanhola e às que se lhe assemelham e uma valoração negativa à portuguesa e àquelas que se lhe aproximam, sendo estas marginalizadas em seus estudos. É a reiteração prescritiva da idéia do pacto contra a idéia de ruptura.

Ainda no âmbito da discussão teórica, expostas as características fundamentais da transitologia, e estabelecida a sua crítica, o professor da UFRN procura definir os vínculos existentes entre essa transitologia e o conceito hegemônico de democracia, de matriz weber-schumpeteriana, para, em seguida, expor suas preocupações no que tange à construção de uma forma de democracia alternativa – mais participativa – para a América Latina.

Os traços principais do conceito hegemônico de democracia são delineados com referência a alguns autores clássicos da teoria democrática, mas com ênfase no esquema que tem origem em Weber, afirmando-se em Schumpeter, e que se disseminou por toda a ciência política dominante. Aqui, a democracia torna-se um mero procedimento para a escolha eleitoral das elites governantes, cabendo ao povo tão-somente o papel de votante. Salienta-se a idéia de que “na sociologia política weberiana há uma sistemática inclinação para o lado do poder e uma evidente opção pela estabilidade dos

regimes políticos, às custas das possibilidades de transformação ativa das massas populares na esfera política” (Id., p. 47). Essa seria também uma das preocupações da transitologia dominante. Ela faria a apologia da estabilidade do regime em detrimento da atividade das massas, que seriam vistas sempre com desconfiança, pela sua ameaça disruptiva.

Preocupações comuns e focos comuns levariam ao entrelaçamento teórico entre a teoria dominante da democracia e a transitologia. Nesta dimensão, nada de novo. No entanto, ao referir-se ao que acolhe como duas tradições da democracia, uma mais propriamente liberal – a vencedora – e a outra mais propriamente popular – a derrotada –, Vitullo deixa entrever que os teóricos ligados à primeira, como, por exemplo, Madison, esgrimem a idéia de separação entre democracia e governo representativo, que seriam antagonísticos, optando pelo último.

Ele parece concordar com essa idéia – do antagonismo –, de maneira que refuta a afirmação de Bobbio sobre a existência de um *continuum* entre a democracia representativa e democracia direta, asseverando existir “um antagonismo entre regime representativo e regime democrático” (Id., p. 49). Na realidade, seriam regimes com naturezas díspares. Assim, ao colocar-se contra o conceito hegemônico de democracia, que postula a existência do regime representativo, Vitullo é levado a recusar a própria representação. Isso, a meu ver, é problemático, do ponto de vista da reflexão democrática contemporânea, porque termina por colocar-se à margem do campo de possibilidades factíveis. Nesse sentido, Bobbio parece ter razão, em *Quais as alternativas à democracia representativa?*, ao afirmar que não há uma alternativa global à democracia representativa, e que a questão não é negar a representação, mas torná-la mais representativa.

No entanto, Vitullo afirma que “a representação opera como um meio de esquivar – e não de implantar – a democracia, de expropriar o poder político dos setores populares, de manter estes longe dos centros em que são tomadas as grandes decisões que haverão de afetar suas vidas” (Id., p. 51). E conclui, citando Castoriadis, dizendo que “a representação política veio esvaziar de sentido a idéia de nação ou de soberania popular” (Id., p. 51).

Com essa perspectiva crítica em relação ao conceito hegemônico de democracia, rejeitando a representação política e com uma inclinação a atribuir à democracia um conteúdo ético, no sentido de vê-la vinculada à justiça e à não-dominação, o autor volta sua reflexão para esse regime na

América Latina. Segundo ele, em nosso subcontinente, dadas as colossais desigualdades sociais, não seria possível sustentar-se a democracia elitista. Aqui, existiria

uma profunda insatisfação com o funcionamento das instituições da democracia representativa realmente existente, exigindo, no seu lugar, uma democracia com conteúdos, uma democracia que responda às necessidades, às demandas, aos sonhos e aos anelos da sociedade (Id., p. 54).

No entanto, o discurso dominante encontra-se preso a idéias tais como governabilidade, responsabilidade etc., que são esgrimidas com a finalidade de manutenção do *status quo* de exclusão e apatia das massas. Nesse discurso, a própria noção da legitimidade popular torna-se algo absolutamente secundário, posto que deslocada pelas idéias acima mencionadas.

Além disso, na América Latina uma boa parte da intelectualidade democrática de ontem, quando da luta contra os autoritarismos, terminou por render-se ao discurso elitista dominante, pautando suas ações pelas preocupações desse. Ela age como se a luta democrática alcançasse o seu término com o fim do autoritarismo, despreocupando-se com as avaliações – absolutamente necessárias – sobre o conteúdo das democracias que se estão constituindo. E elas, de fato, são muito pouco democráticas.

A avaliação do conteúdo das democracias realmente existentes na América Latina, principalmente na Argentina, é o teor da segunda parte dessa obra, que constitui a sua discussão empírica. Para fazê-lo, o autor: 1. discute as percepções cidadãos sobre a democracia representativa e suas instituições; 2. observa os desafios dos novos atores sociopolíticos às instituições democrático-representativas na Argentina; e 3. analisa os novos comportamentos do eleitorado argentino.

O primeiro desses pontos, relativo às percepções dos cidadãos sobre a democracia representativa e suas instituições, é visto através das pesquisas realizadas pela Corporação Latino-barômetro entre 1996 e 2004. Após a análise das respostas a uma série de perguntas relativas à democracia, abrangendo toda a América Latina, observa-se que há altos índices de insatisfação com o seu funcionamento nos países que compõem esse subcontinente. As “democracias realmente existentes” nesses países careceriam de legitimidade. Essa situação seria decorrente dos grandes problemas sociais de que sofre o continente –

em que se sobressaem as grandes disparidades econômicas – e do próprio funcionamento da democracia e de suas mais importantes instituições.

De acordo com o autor, não caberia, como pretendem alguns, culpar os cidadãos dessas democracias vazias de conteúdo, que são vítimas, “pelas suas opiniões e atitudes políticas supostamente ‘antidemocráticas’” (Id., p. 89). O problema estaria na ordem social injusta, na democracia e em suas instituições, e não nos cidadãos, que não devem ser transformados de vítimas em culpados.

Voltando o foco para as instituições mais relevantes da democracia, tais como os partidos políticos, o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, as lideranças políticas etc. e a grande rejeição que eles têm despertado no seio da cidadania, ter-se-á “um panorama ainda mais nítido da fragilidade em termos de legitimidade popular que afeta os regimes democrático-representativos da região” (Id., p. 90).

De qualquer maneira, o autor chama a atenção para o fato de que haveria um nível de adesão razoável, pela cidadania, à idéia de democracia em si, mesmo que grande insatisfação em relação ao seu funcionamento. O problema, assim, não seria a democracia enquanto ideal, mas a “democracia realmente existente”.

Quanto ao segundo ponto, relativo aos desafios dos novos atores socio-políticos às instituições democrático-representativas na Argentina, Vitullo, ao abordá-lo, tem em mente fundamentalmente os “piqueteiros”. Na realidade, sua preocupação volta-se para os “setores não representados nem contemplados pelos partidos políticos até agora majoritários nem pelas entidades e estruturas sindicais tradicionais” (Id., p. 103). No entanto, de forma emblemática, o seu foco recai sobre os “piqueteiros”, agrupamentos “que buscam auto-organizar e mobilizar os trabalhadores desempregados e os setores mais empobrecidos da sociedade na sua resistência contra os efeitos desintegradores das políticas neoliberais e das medidas de ajuste estrutural impulsionadas pelos sucessivos governos nacionais” (Id., p. 104). O pano de fundo dessa luta é a crise e a perda de legitimidade das instituições da democracia vigente.

Os “piqueteiros” são assim chamados pela sua forma mais expressiva de luta: os piquetes, com o bloqueio de ruas e estradas.

O movimento piqueteiro iniciou-se no sul da Argentina, na província patagônica de Neuquén, em meados dos anos 1990, com dimensão estritamente local. Expressões do movimento manifestaram-se em outras regiões do país, nos anos seguintes, ainda de forma localizada. Apenas no ano 2000,

quando passou a ocorrer na zona metropolitana de Buenos Aires, ganhou dimensão nacional.

Em termos numéricos, o movimento piqueteiro alcançou cifras fantásticas nos primeiros anos deste século. Segundo Vitullo, “os cortes de estrada realizados em todo o território nacional foram 140 em 1997, 51 em 1998, 252 em 1999, 514 em 2000, 1383 em 2001, e 2336 em 2002 (o que representa uma média superior aos seis bloqueios diários, sendo este o ano recorde em matéria de cortes) e, em 2003, verificaram-se 1278 interrupções à circulação de veículos e mercadorias” (Id., p. 115).

Nem só de piquetes, no entanto, se constrói esse movimento. Ele realizaria um sem-número de atividades produtivas autogeridas, criando novas formas de sociabilidade fundadas nos valores alternativos da solidariedade, horizontalidade, autonomia diante do Estado etc. que se constituem, segundo o autor, em pilares para se colocar em perspectiva a reconstrução da democracia a partir das bases. Surgindo no momento de crise e derrota profundas dos setores populares, o movimento piqueteiro simbolizaria uma dimensão de esperança – mesmo que moderada – na superação da democracia realmente existente e na construção de uma nova democracia, esta sim, participativa e popular. Para além disso – uma característica que vejo com muita reticência –, também direta. O politicólogo argentino afirma que “presenciamos no seio do movimento piqueteiro um generalizado questionamento às instituições da democracia representativa e à própria idéia de representação política” (Id., p. 119).

Por fim, no que tange ao terceiro ponto, relativo aos novos comportamentos do eleitorado argentino, o autor busca mostrar que

o agravamento da fragmentação partidária, as freqüentes mutações nas preferências dos votantes entre uma eleição e a seguinte e o aumento nas taxas de absentéismo e de votos em branco e nulos constituem sinais de um mal-estar cada vez mais acentuado frente ao deficiente funcionamento das instituições da democracia representativa, o que pode pôr em dúvida sua legitimidade ou suas bases sociais de apoio” (Id., p. 173).

A fragmentação partidária tornar-se-ia sobremodo evidente na eleição presidencial de 2003, quando todo o sistema político é afetado e pulverizam-se as forças políticas tradicionais. Inúmeros candidatos concorrem ao cargo presidencial, e, a poucos dias das eleições, cinco deles tinham chances reais

de chegar ao segundo turno. Desses candidatos, três pertenciam ao Partido Justicialista e dois surgiram de segmentações da União Cívica Radical. A fragmentação partidária levou à pulverização eleitoral, e os dois candidatos que foram para o 2º turno, ambos pertencentes ao peronismo, o foram, os dois, cada um com menos de 25% dos votos. E Menem, majoritário, com 24,4% dos votos, desistiu de disputá-lo, fazendo Kirchner presidente com os limitados 22,2% dos votos que auferira no 1º turno. Segundo Vitullo,

não há expressão mais cabal da profundidade da crise experimentada pelo sistema partidário argentino que o virtual desaparecimento da União Cívica Radical como ator de peso no cenário eleitoral nacional e a fratura do peronismo, ao extremo de ter apresentado três candidaturas diferentes na eleição presidencial (Id., p. 221-2).

Dadas a fragmentação partidária e a perda de adesão das forças políticas tradicionais, as preferências políticas do eleitorado terminariam por tornar-se algo voláteis e mutantes, refletindo em si a própria fragilidade e desinstitucionalização sistêmicas, de um sistema político corroído pela ilegitimidade.

Expressões dessa ilegitimidade e corrosão sistêmicas seriam também o grande número de votos brancos e nulos ocorridos nas eleições legislativas de 2001, para a renovação parcial da Câmara Federal, e o recorde de abstencionismo nas eleições de 2003, para legisladores nacionais e autoridades provinciais e locais. Em 2001, os votos brancos e nulos alcançaram a cifra extraordinária de 24% dos sufrágios. Segundo o autor, eles significaram “um ‘voto castigo’ contra o conjunto da classe política, [...] (constituindo) um prenúncio do *Que se vayan todos!* gritado nas ruas e praças das principais cidades argentinas dois meses mais tarde” (Id., p. 195). Em 2003, a abstenção eleitoral alcançou números recordes, aproximando-se de 50% em mais de uma província. Nessa abstenção inédita, Vitullo percebe mais um sintoma “da crise que se instalou na política argentina nos últimos anos” (Id., p. 231).

Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea é uma interessante obra de ciência política latino-americana, preñe de preocupações subcontinentais, que apresenta, a meu ver, um único grande problema: a ausência de uma discussão mais sólida sobre o ideal democrático sobrevivente à democracia “realmente existente”, ou, de outro modo, sobre os delineios de uma democracia alternativa. É certo que, sobre isso, o autor explicita algumas interrogações sugestivas: “Democracia como estado ou

como processo? Democracia como estabilização ou como mudança social? Democracia como instituições ou como luta? Democracia como sinônimo de ordem ou como sinônimo de transformação? Governabilidade ou participação popular?” (Id., p. 248). E parece optar sempre pelo primeiro dos pólos das dicotomias apresentadas. Mas seriam eles excludentes?

De qualquer maneira, ele afirma

entender a democracia do modo como o fazia Bourdieu, não como um estado afirmativo, mas como um processo histórico de negação, como aquele esforço incessante para tornar as relações sociais menos arbitrarias, as instituições menos injustas, a distribuição de recursos e opções menos desequilibradas e o reconhecimento menos escasso (Id., p. 248).

Não deixa de ser uma definição interessante, porém sobretudo ampla. Demais?